

ACESSIBILIDADE COMO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO CONTEXTO ESCOLAR

Elisangela Ferreira Gomes¹
Rosilei Gugel Ficagna²

RESUMO

Dentro do âmbito educacional, atualmente vivencia-se a implantação da política de Educação Inclusiva discutida em grande parte dos países e que pressupõe o desenvolvimento de ações que possam atender as especificidades de cada aluno no processo educacional. A acessibilidade significa dar condições e possibilitar a todos, segurança, autonomia e garantia de direitos. Assim, o presente artigo tem como objetivo verificar se os alunos com deficiência da “Escola A” têm acessibilidade conforme a legislação brasileira. Nesse sentido, é relevante observar como está sendo tratada e discutida a acessibilidade nas escolas da rede pública, sendo que a acessibilidade é um direito garantido por lei, sendo fundamental para que crianças, jovens e adultos com deficiência, possam acessar todos os espaços de sua escola e realizar todas as atividades escolares com segurança, conforto e independência, de acordo com suas capacidades e suas limitações. Na metodologia para o desenvolvimento deste trabalho foram analisadas as normas da ABNT, livros, sites, estudos acerca da acessibilidade e propostas para melhorias arquitetônicas. Assim, foram sugeridas medidas e projetos para serem implementadas na “Escola A” com o intuito de melhorar a locomoção. Diante disso, foi possível concluir que mudanças arquitetônicas na “Escola A” são necessárias, uma vez que não preenchem adequadamente as normas conforme a legislação brasileira.

Palavras-chaves: Inclusão. Acessibilidade. Educação.

ABSTRACT

Within the educational scope, we are currently experiencing the implementation of the Inclusive Education policy discussed in most of the countries and that presupposes the development of actions that can meet the specificities of each student in the educational process. Accessibility means giving conditions and enabling everyone, security, autonomy and guarantee of rights. Thus, the present article aims to verify if students with disabilities of School "A" have accessibility according to Brazilian legislation. In this sense, it is important to observe how accessibility in public schools is being treated and discussed, and accessibility is a right guaranteed by law, and it is fundamental for children, young people and adults with disabilities to be able to access all the spaces of their School and carry out all school activities with safety, comfort and independence, according to their abilities and their limitations. In the methodology for the development of this work the ABNT norms, books, websites, studies on accessibility and

¹Pedagoga com especialização em Psicopedagogia Institucional. Atuando na educação básica da Gerência Regional da ADR de Palmitos/SC como professora. E-mail: lispopop@hotmail.com, lisfgomes@yahoo.com.br

²Pedagoga. Pós-graduada em Educação Infantil e séries Iniciais pela FAI/Faculdades, e em Coordenação Pedagógica pela UFSC. Mestranda em Educação pela Unochapecó/SC. E-mail: rosilei.ficagna@unochapeco.edu.br

proposals for architectural improvements were analyzed. Thus, measures and projects were suggested to be implemented in School A with the aim of improving locomotion. In view of this, it was possible to conclude that architectural changes in School A are necessary, since they do not fulfill the most appropriate norms in accordance with Brazilian legislation.

Keywords: Inclusion. Accessibility. Education.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos com deficiência em escolas regulares é um direito garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.934/96, que afirma a oferta da educação especial enquanto dever constitucional do Estado. Convive-se com o movimento chamado inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino, mas existem muitas adaptações a serem realizadas para favorecer as crianças com deficiência física na educação regular.

Muitas são as dificuldades e barreiras que as crianças com deficiência física encontram na escola em relação à acessibilidade. A inclusão, que passou a ser amplamente difundida principalmente depois da Declaração de Salamanca de 1994 (BRASIL, 1997), incentiva e valoriza o convívio comum entre a diversidade de pessoas: “A ideia de inclusão se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade, na vida em sociedade” (ARANHA, 2000, p.2).

A acessibilidade é um direito garantido por lei, conforme Machado (2007), e é fundamental para que as crianças, jovens e adultos com deficiência possam acessar todos os espaços de sua escola e realizar todas as atividades escolares com segurança, conforto e independência, de acordo com suas capacidades e suas limitações.

Este estudo objetiva verificar se os alunos com deficiência da “Escola A” têm acessibilidade conforme a legislação brasileira. Assim, para atingir esse objetivo geral, os seguintes objetivos específicos serão perseguidos: a) Analisar estudos acerca da pessoa com deficiência física e o direito à acessibilidade; b) Verificar a acessibilidade arquitetônica e a mobilidade nas escolas conforme a ABNT; c) Apresentar sugestões e projetos que possam contribuir na acessibilidade da “Escola A”.

Argumenta-se ser interessante avaliar o cenário do processo de inclusão de estudantes com deficiência no contexto escolar. Assim, emerge a pergunta de pesquisa que orienta esse

trabalho: Os alunos com deficiência da “Escola A” têm acessibilidade conforme a legislação brasileira?

O artigo está estruturado em cinco capítulos, incluindo a introdução que contempla a contextualização e os objetivos da pesquisa. Por conseguinte, está o referencial teórico, que aborda assuntos que servem de base para a pesquisa. Seguindo, são apresentados os procedimentos metodológicos. Por fim, são expostos e apresentados os resultados da pesquisa em seguida as considerações finais.

Justifica-se a escolha dos oito municípios da região da 29^a ADR Palmitos para o estudo, pois é a área territorial delimitada na Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável promovida pela FAI Faculdades de Itapiranga/SC em parceria com o Governo do Estado de Santa Catarina. Ademais, justifica-se também a opção pela análise da acessibilidade no contexto escolar, pois ofertar um ambiente digno ao estudante é base para um bom aprendizado.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo será dividido em duas partes, procurando analisar estudos anteriores acerca do problema da acessibilidade nas escolas. Na primeira, busca-se analisar estudos sobre a pessoa com deficiência física e o direito à acessibilidade; na segunda, pretende-se verificar a acessibilidade arquitetônica e a mobilidade nas escolas conforme a ABNT.

2.1. A PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E O DIREITO À ACESSIBILIDADE

O termo acessibilidade tem sua aplicação naturalmente associado à necessidade de eliminação de obstáculos arquitetônicos e até mesmo pedagógicos que acabam por impedir ou dificultar o acesso de pessoas com deficiência no uso de locais públicos e privados.

Conforme o artigo 3º, do decreto nº3.298, de 20 de dezembro de 1999, deficiência é a perda ou a anomalia das funções psicológica, fisiológica, ou anatômica que causa incapacidade para o desempenho de atividades, considerado normal para o ser humano. A deficiência permanente é caracterizada por ter ocorrido ou se estabilizado durante um período de tempo que não permita a recuperação ou probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos. E a incapacidade é a redução efetiva da capacidade interação social, que necessitem de equipamentos

necessários para as suas adaptações, ou recursos específicos para que a pessoa com deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu dia a dia, desempenho das funções ou atividade a ser exercida (BRASIL, 1999).

Existem vários tipos de deficiências, intelectual, Auditiva, Visual, Múltipla e entre elas a deficiência física. Deficiência física é a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, tendo como exemplos, o nanismo, paralisia cerebral, a amputação ou ausência de membros, membros com deformidades congênitas ou adquiridas. Outras informações sobre pessoas que se encaixam nessa deficiência está presente na Tabela Nacional de incapacidade, aprovada pelo Decreto de lei 341/93, de 30 de setembro.

Se tratando de deficiência física, Araújo (2003, p. 26), cita que “o que define a pessoa com deficiência não é falta de um membro nem a visão ou audição reduzida. O que caracteriza a pessoa com deficiência é a dificuldade de se relacionar, de se integrar na sociedade”.

Os indivíduos são sujeitos de direitos à educação, independentemente de suas limitações. Com relação às pessoas com deficiência, sabe-se que a educação deve ser conduzida no sentido de atender suas necessidades físicas, sociais, educacionais, etc. Sendo assim, é importante o conhecimento de quais particularidades estão relacionadas a cada pessoa com deficiência, para que o ensino seja realmente efetivo.

O avanço das tecnologias, do acesso a informações, e aos espaços físicos têm sido muitas vezes fatores excludentes para um número cada vez mais significativo de sujeitos com necessidades especiais. Assim, por problemas acarretados por limitações físicas, cognitivas ou até mesmo pela incompatibilidade de interfaces tecnológicas, estruturais e pedagógicas, essas pessoas têm sido impossibilitadas de participar dos diferentes espaços, dificultando assim seu desenvolvimento sócio cognitivo. A apropriação desse princípio passa pela tomada de consciência de que todos os indivíduos humanos são inteligentes por possuírem um conjunto de capacidades para perceber, aprender, imaginar e raciocinar (LÉVY, 1996).

Desta forma precisam-se eliminar os principais problemas enfrentados pela grande diversidade humana no acesso aos mais diversos espaços e informações, bem como sente se a necessidade de aprimoramento das estratégias que ajudem na elaboração de conteúdos e espaços acessíveis. Segundo Conforto e Santarosa (2002), acessibilidade é o sinônimo de aproximação, um meio de disponibilizar a cada estudante interfaces que respeitem suas necessidades e preferências.

Contemporaneamente, o termo acessibilidade tem sido ampliado e relacionado à qualidade de vida das pessoas. A acessibilidade possui várias definições, segundo os diferentes enfoques. A acessibilidade, conceituada como sendo a possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, refere-se a dois aspectos, que embora tenham características distintas, estão sujeitos a problemas semelhantes, no que diz respeito à existência de barreiras que são interpostas às pessoas com necessidades especiais: o espaço físico e o espaço pedagógico (TAVARES, 2002).

Para Ferraz (1991), ela pode ser entendida como sendo a distância percorrida por um indivíduo, ou estudante, para utilizar o transporte a fim de realizar uma determinada viagem, que compreende distância da origem da viagem até o local de embarque e, do local de embarque até o destino final. Desta forma Raia (1997) entende acessibilidade como sendo um esforço dos indivíduos para transpor uma separação espacial objetivando exerceram suas atividades cotidianas.

De acordo com Brasil (2007), acessibilidade assume a conotação de um indivíduo se movimentar, locomover e atingir um destino almejado, ‘dentro de suas capacidades individuais’, isto é, realizar qualquer movimentação ou deslocamento por seus próprios meios, com total autonomia e em condições seguras, mesmo que para isso precise de aparelhos específicos. Nesse sentido, a acessibilidade é antes de tudo, uma medida de inclusão social.

A acessibilidade curricular é a flexibilização do acesso à informação e da interação dos estudantes que possuam algum tipo de necessidade especial no que se refere aos mecanismos de aprendizagem (GUIA, 1999). A acessibilidade passa a ser entendida como sinônimo da aproximação, um meio de disponibilizar a cada estudante conexões que respeitem suas necessidades e preferências.

Ao falar em acessibilidade curricular não deve limitar-se apenas adaptações das barreiras pedagógicas, mas sim a remoção dos obstáculos que estão associados efetivamente a melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência. Ao se discutir as temáticas de acessibilidade nos currículos são impulsionadas a concretização dos elementos necessários para a construção de uma sociedade que deve ser inclusiva e democrática, priorizando a qualidade de vida de todas as

pessoas, proporcionando a elas uma vida com autonomia, criando sujeitos capazes de suprir suas capacidades vitais, culturais e sociais.

De acordo com as Normas Técnicas Brasileiras de Acessibilidade (ABNT/NBR – 9050/2004), “acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. Sendo assim, todos os espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, devem atender ao disposto nesta Norma para serem considerados acessíveis.

No momento atual no qual a sociedade está passando é necessário que seja garantido a acessibilidade para um número cada vez maior de pessoas, independentemente de suas condições. A acessibilidade curricular vem com a proposta de acesso à informação ou interação dos usuários com necessidades especiais. É necessário buscar estratégias para que usuários com ou sem necessidades especiais possam perceber, entender, interagir e aprender de maneira satisfatória com os recursos pedagogicamente oferecidos.

Soler (2005) salienta ainda que o termo inclusão foi verdadeiramente oficializado no campo educacional em 1994 com a Declaração de Salamanca, em Salamanca – Espanha, sendo essa uma Conferência Mundial de Educação Especial, representando 98 Governos e 25 Organizações Internacionais que aconteceu entre 7 e 10 de junho. Trata-se de uma resolução, a qual apresenta os Procedimentos-Padrões das Nações Unidas para a Igualização de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiências.

Segundo a ABNT 9050/2004, promover a acessibilidade no ambiente construído é proporcionar condições de mobilidade, com autonomia e segurança, eliminando as barreiras arquitetônicas e urbanísticas. Quanto às escolas estabelece as seguintes recomendações: A entrada de alunos deve estar preferencialmente, localizada na via de menor fluxo de tráfego de veículos (ABNT 9050/2004. p. 87).

A pessoa com deficiência física necessita de maiores cuidados e tem relação direta com a direito à acessibilidade. Assim, uma vez verificada a relação entre a pessoa com deficiência e o direito à acessibilidade, cumpre verificar se há acessibilidade arquitetônica no ambiente escolar.

2.2. A ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E A MOBILIDADE NAS ESCOLAS CONFORME A ABNT

A Associação Brasileira de Normas Técnicas formulou normas específicas para acessibilidade, fundamentadas nos referidos instrumentos jurídicos, que vêm apoiar a execução de projetos que objetivem a realização de intervenções arquitetônicas urbanísticas e nos meios de transportes, por parte dos diferentes agentes políticos da sociedade (BARROS, 2010).

Segundo a ABNT 9050/2004, promover a acessibilidade no ambiente construído é proporcionar condições de mobilidade, com autonomia e segurança, eliminando as barreiras arquitetônicas e urbanísticas.

Assim, importante ressaltar que este estudo não pretende esgotar todas as normas técnicas aplicáveis às escolas, da legislação vigente, mas sim as principais normas que dizem respeito às escolas.

A entrada de alunos deve estar preferencialmente localizada na via de menor fluxo de tráfego de veículos (ABNT 9050/2004. p.87).

Deve existir pelo menos uma rota acessível interligando o acesso de alunos às áreas administrativas, de prática esportiva, de recreação, de alimentação, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, centros de leitura e demais ambientes pedagógicos. Todos estes ambientes devem ser acessíveis (ABNT 9050/2004. p. 87).

Imagem 1- Rampas de acesso com barras e piso tátil



Fonte: O Portal da Oficina de Textos, 2017

Em complexos educacionais e campi universitários, quando existirem equipamentos complementares como piscinas, livrarias, centros acadêmicos, locais de culto, locais de exposições, praças, locais de hospedagem, ambulatórios, bancos e outros, estes devem ser acessíveis (ABNT 9050/2004. p. 87).

Pelo menos 5% dos sanitários, com no mínimo uns sanitários para cada sexo, de uso dos alunos, devem ser acessíveis. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade (ABNT 9050/2004. p. 87).

Todos os elementos do mobiliário interno devem ser acessíveis, garantindo-se as áreas de aproximação e manobra e as faixas de alcance manual, visual e auditivo (ABNT 9050/2004. p. 87).

Nas salas de aula, quando houver mesas individuais para alunos, pelo menos 1% do total de mesas, com no mínimo uma para cada duas salas de aula, deve ser acessível a P.C.R. (ABNT 9050/2004. p. 87).

Imagem 2 – Mobiliário adaptado



Fonte: Garcia, 2011

Quando forem utilizadas cadeiras do tipo universitário (com prancheta acoplada), devem ser disponibilizadas mesas acessíveis a P.C.R. na proporção de pelo menos 1% do total de cadeiras, com no mínimo uma para cada duas salas (ABNT 9050/2004. p. 87).

As lousas devem ser acessíveis e instaladas a uma altura inferior máxima de 0,90 m do piso. Deve ser garantida a área de aproximação lateral e manobra da cadeira de rodas. (ABNT 9050/2004, p. 87).

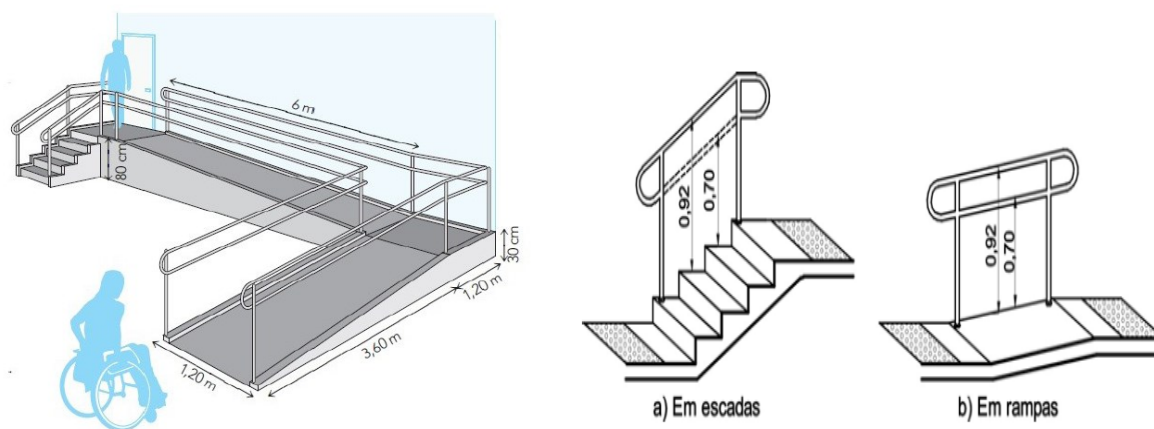
Todos os elementos do mobiliário urbano da edificação como bebedouros, guichês e balcões de atendimento, bancos de alvenaria, entre outros, devem ser acessíveis (ABNT 9050/2004, p. 87).

O bebedouro acessível deve possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso, podendo avançar sob o bebedouro até no máximo 0,50 (ABNT 9050/2004, p. 87).

As escadas devem ser providas de corrimãos em duas alturas (ABNT 9050/2004, p. 87).

Quando se tratar de escadas ou rampas com largura superior a 2,40m é necessário à instalação de corrimão intermediário (ABNT 9050/2004, p. 87).

Figura 1 – Rampa e escada com corrimão



Fonte: O Portal da Oficina de Textos, 2017.

Nas bibliotecas e centros de leitura os locais de pesquisa, fichários, salas para estudo e leitura, terminais de consulta, balcões de atendimento e áreas de convivência devem ser acessíveis (ABNT 9050/2004. p. 88).

Pelo menos 5%, com no mínimo uma das mesas deve ser acessível. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade (ABNT 9050/2004. p. 88).

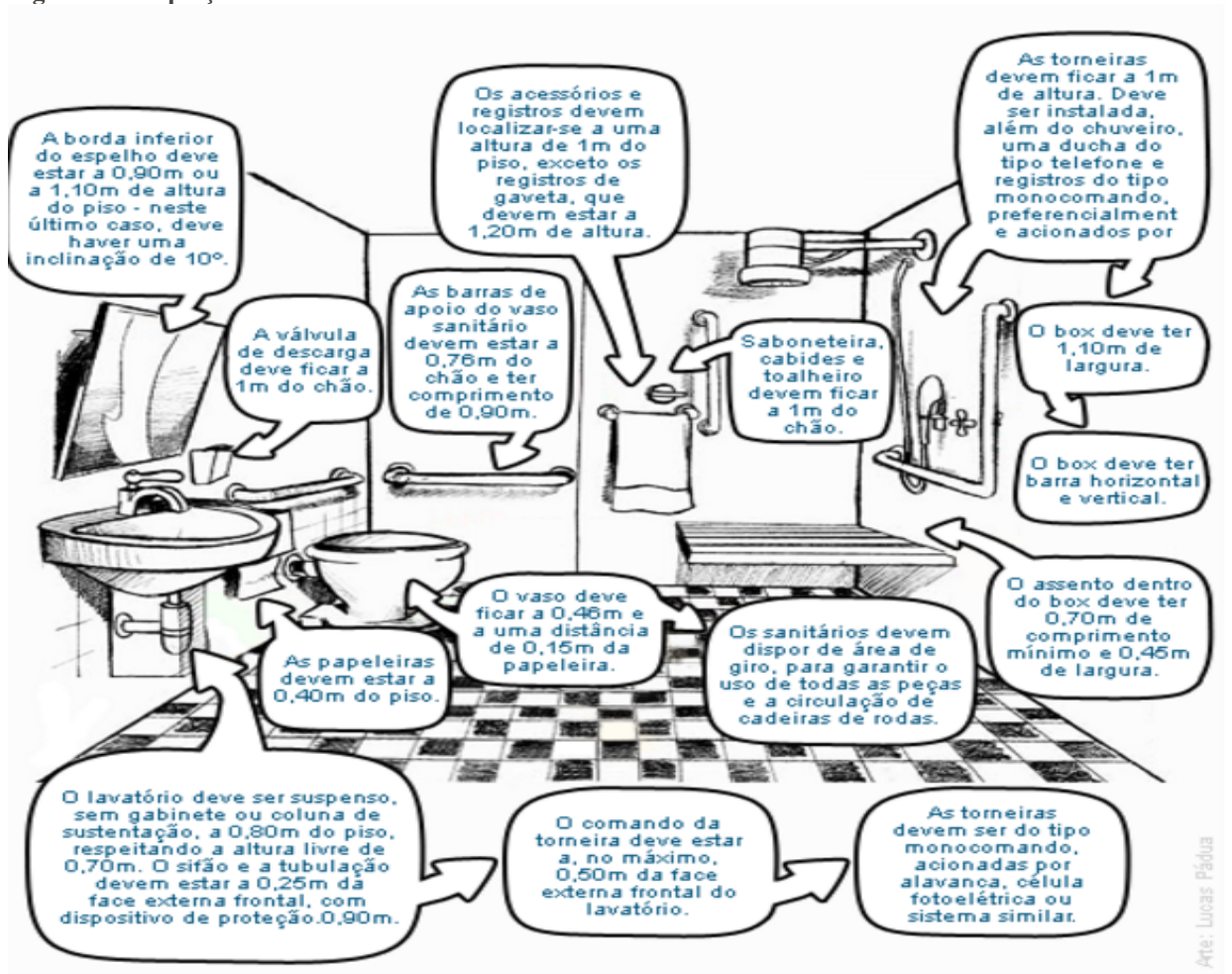
A distância entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m de largura (ABNT 9050/2004. p. 88).

Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. Recomenda-se a rotação de 180° (ABNT 9050/2004. p. 88).

A altura dos fichários deve atender às faixas de alcance manual e parâmetros visuais (ABNT 9050/2004. p. 87).

Recomenda-se que as bibliotecas possuam publicações em Braille, ou outros recursos audiovisuais (ABNT 9050/2004. p. 88).

Figura 2: Adaptações dos banheiros:



Fonte: O Portal da Oficina de Textos, 2017

Mediante um puro trabalho e cálculo através de medidas simples, é possível fazer um ambiente seguro e acessível a todos, de maneira que não haja exclusão e que com fatores de proporcionalidade tenha-se simetria e um traçado regulador (GOROVITZ, 2003).

As normas técnicas mencionadas até esse momento fazem parte da ABNT 9050/2004. Importante lembrar que a Associação Brasileira de Normas Técnicas estabeleceu a segunda edição da NBR 9050 em 2004, trazendo novas interpretações para a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Trouxe critérios e parâmetros técnicos a serem observados na construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos quanto às condições de acessibilidade.

Sabe-se que as escolas devem estar adequadas às necessidades de todos os alunos, porém, como os alunos que necessitam dessas adequações representam uma minoria, esse problema ainda persiste (CID, 2012). Assim, apenas rampas e banheiros não são suficientes para que os princípios de acessibilidade sejam consolidados (MACHADO, 2007).

Para ir além das exigências das normas técnicas e atender as necessidades peculiares de cada aluno com deficiência é necessário refletir e rever conceitos e práticas na construção de uma sociedade que respeite as diferenças (ALBUQUERQUE, 2007). Diante disso, este trabalho buscará agora apresentar sugestões e projetos que possam contribuir na acessibilidade da “Escola A”, que é integrante da 29^a ADR Palmitos/SC.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo visa detalhar a forma de desenvolvimento da pesquisa científica, demonstrando os passos seguidos na formulação e criação da mesma, buscando proporcionar ao leitor elementos básicos para compreensão do objetivo do artigo.

Para Fonseca (2002), *methodos* significa organização, e *logos*, estudo sistemático, pesquisa, investigação. Ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica.

Uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nada de absolutamente original, portanto, mas um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais (DUARTE, 2002).

A pesquisa realizada apresenta aspectos qualitativos, exploratórios e de campo, pois pretendeu-se analisar os discursos e percepções em relação à acessibilidade arquitetônica e de currículo para estudantes com deficiência física.

Exploratório porque teve o intuito de obter como resultados informações que possam esclarecer e indicar caminhos para a melhoria do trabalho que vem sendo realizado com os estudantes com deficiência física, bem como contribuir para que se efetive o que assinalam as políticas públicas na área da inclusão. Conforme Gil (2008), uma pesquisa exploratória tem como objetivo familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa de campo vai além da observação dos fatos e fenômenos e faz uma coleta do que ocorre na realidade a ser pesquisada. Segundo GIL (2008), a pesquisa de campo procura o aprofundamento de uma realidade específica. É basicamente realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações do ocorrem naquela realidade. Depois disso, elas são analisadas e seus dados são interpretados com base em uma fundamentação teórica sólida com o desígnio de elucidar o problema pesquisado.

A população é o conjunto de elementos (empresas, produtos, pessoas) que possuem as características que serão objetos de estudo. (MARCONI; LAKATOS, 2010). Neste sentido a população desta presente pesquisa é composta por 03 escolas pertencentes a GERED/ADR de Palmitos que possuem alunos com deficiências físicas. As demais escolas foram excluídas da população por não possuírem deficientes físicos no quadro de alunos.

A amostra é a parte do universo (população) escolhida por algum critério de representatividade. (MARCONI; LAKATOS, 2010) A amostra escolhida de forma intencional e não probabilística, por que na escola pesquisada tem aluno com deficiência física e mobilidade reduzida. Para preservar a identidade da escola a mesma será denominada de “Escola A”.

Para verificar a existência de acessibilidade arquitetônica na escola, foi realizada verificação *in loco*, que, para Gil (2008) se caracteriza como estudo de campo porque procura o aprofundamento de uma realidade específica e sempre realizada por meio da observação direta naquela realidade.

Para a coleta foram usados dados primários como a materialidades empíricas observadas nas estruturas da “Escola A” quanto à acessibilidade arquitetônica e física realizada com visita à Escola. Na pesquisa usaram-se informações secundárias através de consultas em sites, artigos, “A” e pesquisa bibliográfica na ABNT.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, uma vez analisadas às disposições das normas da ABNT 9050/2004, no que concerne às escolas, faz-se necessário, neste momento, apresentar à realidade arquitetônica vivida na “Escola A” pelos alunos deficientes e elencar possíveis ideias e projetos para melhorar as condições arquitetônicas.

Nesse sentido, é necessário destacar, inicialmente, que a escola onde foi realizada a pesquisa faz parte da 29ª Gerencia Regional de Educação - GERED da Agência de Desenvolvimento Regional de Palmitos - ADR. Considerando que na ADR/GERED - de Palmitos possui 19 escolas que ofertam ensino fundamental, de posse dessa informação, foram identificadas três escolas que atendem alunos com deficiência física. Posteriormente, foram delimitadas 35% das escolas como campo investigativo, sendo analisada uma escola pertencente a 29ª ADR Palmitos/SC, que atende aluno com deficiência física (cadeirante).

Os quadros que seguem demonstram o quantitativo de professores que atuam na “Escola A” e o quantitativo de alunos que estudam na referida escola. A estrutura do corpo docente esta apresentada no Quadro 1.

Quadro 1: Demonstrativo de Docentes da “Escola A”

40 DOCENTES	EFETIVOS	CONTRATADOS	TEMPORARIAMENTE-
	22	ACTs	18

Fonte: Dados da pesquisa

Com relação ao demonstrativo de alunos que segue no Quadro 2.

Quadro 2: Demonstrativo de Alunos da “Escola A”

470 Alunos	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
	218	252

Fonte: Dados da pesquisa

A “Escola A” possui 40 docentes, sendo 22 efetivos e 18 contratados temporários. Com atendimento nos 3 turnos; matutino das 7:30 as 11:30 horas, vespertino das 13:30 as 17:30 horas no período noturno é das 18:30 as 22:00 horas. Conta com aproximadamente, 470 alunos matriculados, sendo desses 218 no Ensino Fundamental, deste 1 aluno é deficiente físico e com mobilidade reduzida os demais 252 no ensino Médio.

Salienta-se que dos 252 alunos atendidos no Ensino Médio, 64 pertencem ao Programa de Educação Integral.

Desde 2016, num acordo de colaboração entre Estado e município, a “Escola A” cedeu o espaço para que os alunos do EJA pudessem frequentar a escola no turno noturno.

A escola possui uma taxa de aprovação no Ensino Fundamental 94,4% em 2014, tendo como 5,3% de reprovados e 0,4% de taxa de abandono. O número fica em 80,8 % de taxa de aprovação, a respectiva taxa de reprovação aumenta para 16,2% e a taxa de abandono é de 3%.

Atualmente vem se percebendo uma maior preocupação por parte da sociedade ao se tratar de acessibilidade. Por outro lado, ainda existem pessoas que olham o deficiente como alguém que lhes causa temor e, por não saber muitas vezes como agir, acabam adotando uma postura excludente. Percebe-se que nem todos os locais são acessíveis e, por este motivo, ainda não é possível garantir a todos o direito de ir e vir, principalmente quando se trata de pessoas com deficiência, seja ela de qualquer natureza. Pode-se observar que em escolas públicas este acesso é ainda mais deficitário.

Na pesquisa realizada percebeu-se que a “Escola A” apresenta deficiências em relação às acessibilidades arquitetônicas e físicas necessárias para que os estudantes usuários de cadeiras de rodas possam locomover-se e frequentar todos os espaços.

A “Escola A” conta com duas entradas uma frontal e outra lateral. A entrada frontal apresenta-se com escadas (+/-15 degraus grandes) sem piso tátil e sem portão, conforme Imagem 3. Também não conta com corrimão. Observa-se que fica localizada na rua de menor fluxo de carros.

Imagem 3: Entrada frontal (principal) da Escola



Fonte: Dados da pesquisa.

Na lateral externa da escola existe um portão que dá acesso direto à rua, onde conta com uma pequena rampa de acesso da rua até a calçada, porém em dias de chuva não dispõe de cobertura da calçada até a escola. Segundo o gestor, é por este portão que o estudante com deficiência física acessa o espaço da escola e os demais que usam o transporte também.

No portão atualmente todo transporte escolar está usando essa entrada, onde se pode observar que essa rua também é de bastante tráfego e fluxo de carros, conforme demonstra a Imagem 4.

Imagem 4: Entrada lateral da escola



Fonte: Dados da pesquisa.

O acesso lateral não está identificado como um espaço de acesso a estudantes cadeirantes. A indicação de acessibilidade das edificações, do mobiliário e dos espaços deve ser feita com o uso do símbolo, preferencialmente branco sobre o fundo azul.

Embora exista a entrada lateral para que o estudante acesse à escola, percebe-se fragilidades, após a rampa onde corre o porão observa-se um degrau de mais ou menos 10cm, pois na entrada frontal a escada, sem piso tátil e não permite a entrada de estudantes cadeirantes e nem há a existência de corrimão, uma vez que outros estudantes também podem se beneficiar destes recursos. Na entrada lateral, percebe-se a ausência de cobertura que liga a escola até o final da calçada, e também no que diz respeito a ligação de um espaço (sala do aluno cadeirante) a outros espaços da escola como sair, do ginásio ou das salas e ir para a secretaria ou sala de informática não possui cobertura nas rampas e a falta de sinalização de acessibilidade.

Tal situação me parece dificultar o acesso do estudante com deficiência física na escola. Cabe a escola reduzir em seu ambiente as situações que configuram a falta de acessibilidade, como a instalação de corrimãos adequado nas rampas de acesso, possibilitando o deslocamento das pessoas com deficiência física no espaço escolar de modo que propicie a todos o acesso aos locais necessários sem barreiras ou obstáculos.

A Imagem 4 demonstra um dos dois acessos (outro também com degraus) existente na escola para chegar ao segundo piso da escola, enquanto a Imagem 5

Imagem 4: Acesso ao segundo piso



Fonte: Dados da pesquisa.

Imagem 5: Entrada da sala de aula



Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme demonstra a Imagem 4 o acesso a um dos dois acessos onde encontram-se as salas de aula denominadas de sala ambiente. Sala ambiente, conforme Imagem 5, é uma estrutura

organizacional da escola onde o professor da disciplina permanece na sala de aula e quem troca de sala a cada disciplina é o estudante. Nas Imagens 4 e 5, fica evidenciado a falta de sinalização tátil em todo o piso da escola.

O estudante que faz uso de cadeira de rodas não tem acesso ao segundo piso. Em função disso a escola organizou uma sala de aula para a série em que ele estuda no piso inferior da escola, em que os professores se deslocam até este ambiente para trabalhar com a turma, demonstrado na imagem 5 sala chaveada no momento da visita. Observo que na porta de entrada da sala de aula, não há a existência de rampa de acesso. Na sala de aula, segundo relato do gestor a carteira do mesmo não é adaptada, ele senta bem na frente para facilitar o contato com os professores e também por ser o único local que dispõe de tomada para o uso do notebook.

Imagem 6: Entrada banheiro adaptado



Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação ao banheiro adaptado para os estudantes com deficiência física, no momento da visita à escola o mesmo se encontrava fechado, não sendo possível verificar as adaptações no interior do mesmo. O acesso a um dos ginásios de esportes estão demonstradas nas Imagens 7 e 8.

Imagem 7: Acesso ao ginásio de esportes e a outros espaços da escola



Fonte: Dados da pesquisa

Imagem 8: Acesso ao ginásio de esportes



Fonte: Dados da pesquisa

O acesso para os ginásios de esportes, (a escola dispõe de dois ginásios de esportes registrados nas Imagens 7 e 8) um, dispõe de rampa imagem 7, porém é encostada na parede da escola, não tem corrimão e se apresenta de forma íngreme e sem cobertura. Já no ginásio da imagem 8 também a rampa de acesso está interditada por uma mesa, o corredor que dá acesso é sem cobertura para os dias de o que dificulta o acesso do estudante sem a ajuda de um professor ou colega para se deslocar até os ginásios para a prática de educação física. Também se observa a falta de banheiros adaptado nos dois ginásios.

Observa que entre os ginásios de esportes e na rampa de acesso não existe cobertura, o que dificulta o acesso ao ambiente nos dias de chuva, tanto pelo aluno cadeirante quanto pelos demais estudantes.

Durante a pesquisa as mais diversas leituras sobre, acessibilidade, inclusão e deficiência permitiram-me uma nova visão e compreensão do dia a dia escolar, em especial o das crianças com deficiência física. Diante da observação *in loco*, constatei que a escola precisa se adequar as normas de acessibilidade, para garantir os direitos de locomoção dos estudantes com deficiência física e de acesso aos diferentes espaços escolares.

De acordo com Machado (1999. p. 79), as crianças com deficiência física têm capacidade cognitiva semelhante à de colegas e podem realizar as atividades com bom desempenho desde que as limitações físicas sejam contornadas. A grande limitação é o deslocamento na escola, na maioria dos casos há dificuldades em relação às edificações da escola e dificuldades em relação às escadas.

De acordo com as normas da ABNT NBR 9050/2004, “a indicação de acessibilidade das edificações, do mobiliário, dos espaços e dos equipamentos urbanos deve ser feita por meio do símbolo internacional de acesso. A representação do símbolo internacional de acesso consiste em pictograma branco sobre fundo azul”

O símbolo internacional de acesso deve indicar a acessibilidade aos serviços e identificar espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos onde existem elementos acessíveis ou utilizáveis por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Esta sinalização deve ser afixada em local visível ao público. Na “Escola A”, mesmo existindo na matrícula aluno com deficiência física, não constatei na escola nenhum símbolo indicando essa realidade.

Neste contexto, torna-se de extrema importância a sinalização adequada em todos os ambientes escolares que apresentem espaços acessíveis. De acordo com as figuras 4 e 7 as adaptações foram realizadas sem nenhuma ajuda técnica, de acordo com a necessidade da escola em adequar o ambiente e torna-lo mais acessível.

A legislação atual tem ajudado muito para que as autoridades tomem algumas atitudes frente às mudanças que vem acontecendo, porém, ainda é insuficiente, pois melhorar a acessibilidade arquitetônica ainda constitui um desafio. Cabe não só ao poder público buscar a solução para a resolução dos problemas existentes no espaço escolar, mas também a direção o estabelecimento que conhece e vivencia diariamente com as mais variadas situações que exigem mudança de postura diante destas situações, pois as escolas ficam esperando o aluno com deficiência física ou mobilidade reduzida se matricular para fazer as modificações necessárias e quando o fazem, são fora das normas estabelecidas, em alguns casos impossíveis de serem usadas por uma pessoa com deficiência física.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este estudo que teve como objetivo verificar se os alunos com deficiência da “Escola A” têm acessibilidade conforme a legislação brasileira. A escola em questão faz parte da 29ª ADR Palmitos/SC, que é composta pelos municípios de Palmitos, Caibi, Riqueza, Mondai, São Carlos, Águas de Chapecó, Cunhataí e Cunha Porã. Das 19 escolas que a ADR/GERED de Palmitos atende apenas três, no momento, atendem alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida, delimitou-se apenas uma para a pesquisa, por entender que para este estudo e análise,

apenas uma escola seria suficiente. Através de pesquisa semi-estruturada e observação *in loco* foi possível constatar a pouca acessibilidade oferecida para os estudantes com deficiência física.

Tendo em vista os argumentos apresentados, este trabalho buscou com relação ao primeiro objetivo específico analisar estudos acerca da pessoa com deficiência física e o ainda se faz necessário direito a acessibilidade, observa-se que na “Escola A” apesar de toda estrutura alguns ajustes arquitetônicos, direito a acessibilidade não é apenas poder ir a escola mas sim fazer parte dela de forma que seus direitos sejam garantidos e o aluno possa desenvolver-se alcançar as condições mínimas estabelecidas no PPP- Projeto Político Pedagógico.

Com relação ao segundo objetivo específico, que buscava verificar a acessibilidade arquitetônica e a mobilidade nas escolas conforme a ABNT; observa-se que a mesma está fora das regras mínimas da ABNT exigidas por lei, inicialmente pelas vias de acesso do portão, tal afirmação se justifica quando se observa as imagens da escola, como por exemplo, falta de sinalização tátil, rampas fora do padrão adequado, ausência de coberturas nos corredores, ausência de rampas na entrada da sala de aula, ausência de corrimão nas escadas e rampas, sem identificação corretas nas salas e portão a escola trabalha de forma que é salas ambientes, mas a turma do aluno “incluído” não se descola devido a falta de acessibilidade, algumas salas estão no segundo piso sem acesso para cadeirantes apenas escadas, nas condições de acessibilidade é fator imprescindível para que as pessoas com deficiência física sejam de fato incluídas socialmente. Todos os elementos citados no presente estudo configuram no que pode se dizer, que a escola não oferece uma acessibilidade adequada para o estudante que procura neste espaço educativo, um espaço também de socialização.

Conforme o terceiro objetivo específico com relação as sugestões e projetos que possam contribuir na acessibilidade da “Escola A”, e diante da situação avaliada, constata-se que ainda não é possível garantir os direitos já conquistados de ir e vir, pelos estudantes com deficiência física, com uma estrutura física tão deficitária. Diante das leis que garantem a acessibilidade arquitetônica e física, não seria responsabilidade primeira, da gestão escolar e posteriormente do Estado em buscar recursos para efetivar a acessibilidade necessária para garantir o livre acesso a todas as dependências da escola à todos os estudantes, ainda é uma realidade a ser melhorada

Os resultados sugerem a necessidade de um planejamento que vise melhorar as condições de acessibilidade. A melhora nas condições de acessibilidade é fator imprescindível para que as

pessoas com deficiência física sejam de fato incluídas neste ambiente e na socialmente. Assim constatou-se a necessidade urgente em adequar a escola quanto à acessibilidade.

Diante disso, é possível concluir que grande parte das escolas necessitam maior atenção e projetos adequados, não apenas incluir, mas dar condições para esses estudantes e até mesmo toda comunidade que ali circula, com ações projetos para fomentar a busca de recursos, mas que muito há por se fazer ainda, fazendo surgir a necessidade de enumerar ideias e projetos encaminhados primeiramente pelos gestores levando aos órgãos maiores e responsáveis para serem analisados e executados para serem programados e posteriormente implementados nas escolas.

Sabe-se das dificuldades em relação a investimento a curto prazo, para reformas e adequações, porém é dever do órgão competente, quando planejado construir ou até reformas, exigir as adequações conforme as normas estipuladas por lei. Sendo que com base na legislação vigente no país, uma vez acatadas, podem auxiliar nessa busca de se melhorar a qualidade de vida das pessoas, através de uma acessibilidade adequada aos deficientes físicos ou com mobilidade reduzida. Neste sentido, a seleção de medidas sugeridas tem por base os padrões técnicos já aplicados em outras escolas e de acordo com a ABNT 9050/2004.

Por fim, destaca-se que o estudo não pretendeu esgotar as discussões ou sanar os problemas a cerca da acessibilidade, ao contrário, serve de base e estímulo para novos estudos, visto que muitas perguntas ainda carecem de respostas.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos** – NORMA BRASILEIRA Segunda edição 31.05.2004, Válida a partir de 30.06.2004.

ARANHA, Maria Salete F. **Integração social do deficiente**: análise conceitual e metodológica. Temas em Psicologia. Ribeirão Preto, v. 2, p. 63-70, 1995.

BARROS, Márcia da Silva. **Acessibilidade, direito de todos de ir e vir**. 2010. Disponível em: http://www.crea-sc.org.br/portal/index.php?cmd=artigos-detalle&id=1056#.WTdKc8Zv_IU. Acesso em: 06 jun. 2017.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dezembro 1996, p. 27833.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CID, Mara Lane. **A busca de novos caminhos**. 2012. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/C206890.pdf. Acesso em: 06 jun. 2017.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. **Cadernos de pesquisa**. São Paulo, n. 115, mar. 2002.

GARCIA, Vera; **Como adaptar sua escola para deficientes físicos**, 2011. Disponível em: <http://www.deficienteciente.com.br/como-adaptar-sua-escola-para-deficientes-fisicos.html>
Acesso em 26 de mai. de 2017

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MACHADO F. **As dificuldades do aluno portador de deficiência física no processo de adaptação social em escola regular no município de Porto Alegre**. 1996. Apud: (Monografia). Canoas: Universidade Luterana do Brasil, 1999, 79p. Disponível em: REVISTA NEUROCIÊNCIAS V14 N1 - JAN/MAR, 2006

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991. MANZINI, E. J.; SIMÃO, L.M. Formas de raciocínio apresentadas por adolescentes deficientes mentais: um estudo por meio de interações verbais. In:

MANZINI, E. J. (Org.) **Linguagem, cognição e ensino do aluno com deficiência**. Marília: Unesp, 2001.

MINAYO, Maria. C. S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria. C. S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 09-29.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa da pesquisa. Educação e pesquisa**. São Paulo, v. 30, n. 2. mai./ago. 2004.

O PORTAL DA OFICINA DE TEXTO; **Acessibilidade no ambiente escolar**, 2017. Disponível em <http://www.comunitexto.com.br/acessibilidade-no-ambiente-escolar/#.WShRZZLytdg>, Acesso em: 26 de mai. de 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TEIXEIRA, V. P. P. **Acessibilidade como fator de equiparação de oportunidades na conquista do direito universal à educação: garantias legais para pessoas com deficiência em países da América Latina**. 45 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.